DECRETO MUNICIPAL Nº 229/2013 DE 23/10/2013

REGULAMENTA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL– REFIS/MODELO 2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo –SC, no uso das atribuições legais**,** em especial de conformidade com a **LEI MUNICIPAL Nº 2105/2013 DE 23/10/2013,**

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/MODELO2013, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Modelo – SC, com vencimento até 20.12.2013,constituído ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados administrativamente, ou judicialmente ou a parcelar, já optantes de Refis anteriores, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Parágrafo Único: O Programa de Recuperação Fiscal será estendido aos Executivos Fiscais, ajuizados na Comarca de Modelo-SC.

Art. 2º - O ingresso no REFIS, dar-se-á por opção do sujeito passivo, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, até a data de 20.12.2013, obedecidas as seguintes condições desta Lei.

Parágrafo Único – As parcelas estarão sujeitas a atualização monetária, pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência), ouqualquer outro indexador que venha a substituir, da data da inscrição da divida até a data do pagamento.

Art. 3º - O REFIS, de que trata esta lei abrange somente o contribuinte que optar pelo pagamento total do débito, correspondente a cada dívida lançada, sendo a vista, nos prazos estabelecidos nesta Lei e no Regulamento próprio.

Art. 4º - Fica concedido a anistia das multas e juros incidentes sobre oscréditos tributários, nas seguintes condições:

I – Anistia de 100% (cem por cento) das multas e juros, para o contribuinte que requerer o REFISno setor de Tributação do Município de Modelo SC e efetuar o pagamento do débito, conforme cadastro da dívida, em parcela única até o dia 20.12.2013.

Art. 5º - O contribuinte optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Prática de qualquer procedimento tendente a reduzir a base de cálculo do optante, mediante simulação ou ato;

Art. 6º - Os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário.

Art. 7º – É suspensa a pretensa punitiva do Município, referente aos crimes previstos no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes a matéria, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes, incluída no REFIS, desde que a inclusão no referido programa tenha ocorrido antes do recebimento da denuncia criminal.

§ 1º - A prescrição criminal não ocorre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º - Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo, quando a pessoa jurídica relacionada com o agente, efetuar o pagamento integral dos débitos tributários inclusive acessórios que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal.

Art. 8º - A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta lei;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei:

III – implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medidacautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

IV – Pagamento do REFIS requerido nos termos desta Lei até o dia 20.12.2013.

Art. 9º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 10 –EsteDecreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete doPrefeito Municipal de Modelo aos 23 de outubro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO